O ENCONTRO DO PASSADO E DO PRESENTE NO ENSINO DO TEMA DA ESCRAVIDÃO JUIZFORANA: DIÁLOGO COM PROFESSORES MUNICIPAIS DE HISTÓRIA

Luan Pedretti de Castro Ferreira[1]
luanpedretti@gmail.com

RESUMO
O trabalho pretende analisar como professores de História de Juiz de Fora entendem e abordam a história da escravidão ocorrida na região como tema em suas atividades docentes. Por meio de entrevistas semi-estruturadas, buscou-se dialogar com estes profissionais mapeando as abordagens sobre o passado e as reflexões produzidas no presente por eles e pelos alunos que estão em contato com o conteúdo. A partir das teorias decoloniais e pós-coloniais, buscou investigar a história da escravidão evidenciando este fato como um crime contra a humanidade que marcou seu tempo e deixou marcas para os dias atuais. Como resultado, foi possível perceber como os alunos refletem e internalizam o tema e conseguem correlacionar com suas vivências enquanto sujeitos no presente. Bem como os professores, ao serem expostos aos acontecimentos do passado e às vivências do presente, são afetados pelas questões que seus alunos trazem a partir da provocação feita por eles em sala de aula.
Palavras-chave: Ensino de História. Escravidão. Memória. Juiz de Fora.

ABSTRACT
The work aims to analyze how History teachers in Juiz de Fora understand and approach the history of slavery that occurred in the region as a theme in their teaching activities. Through semi-structured interviews, we sought to dialogue with these professionals, mapping the approaches to the past and the reflections produced in the present by them and the students who are in contact with the content. Based on decolonial and post-colonial theories, he sought to investigate the history of slavery, highlighting this fact as a crime against humanity that marked its time and left marks for the present day. As a result, it was possible to see how students reflect and internalize the topic and are able to correlate it with their experiences as subjects in the present. Just like teachers, when exposed to past events and present experiences, they are affected by the questions that their students raise based on the provocation made by them in the classroom.
Keywords: Teaching History. Slavery. Memory. Juiz de Fora

[1] Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Educação, Licenciado e Bacharel em História pela UFJF..

1. INTRODUÇÃO

Este texto se apresenta como um resumo da dissertação de mestrado *"Mas, professora, o segurança e o policial são negros também!": narrativas docentes sobre o tema da escravização no ensino de história em Juiz de Fora (MG)*", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Nela, o autor buscou compreender como professores de História da rede municipal de ensino localizam a história da escravização ocorrida na região em suas práticas docentes. Relacionando questões do passado e do presente, pretendeu-se investigar se estes docentes concordam que o sistema escravista deixou marcas para a sociedade juizforana, como estas marcas chegam para a sala de aula enquanto tema e como os alunos correlacionam o tema estudado com suas vivências enquanto sujeitos na sociedade.

Alguns dados são essenciais para se entender questões ligadas às desigualdades étnicos raciais no contexto da cidade de Juiz de Fora. O primeiro dado que se apresenta é a pesquisa sobre o IDHM de 2017, divulgado pela ONU[2] que posiciona Juiz de Fora como a terceira cidade do Brasil mais desigual na expectativa de vida entre pessoas negras e brancas. Outro dado importante que embasa a pesquisa aqui apresentada é a que aponta que a maioria dos alunos que estavam matriculados na rede pública de ensino juizforana em 2020 era negra conforme o Censo Escolar do ano, ou seja, a rede pública atende principalmente a população negra da cidade.

Ainda como embasamento para a pesquisa, é possível apontar produções bibliográficas acerca da escravidão ocorrida no município e região. Esta escravidão que surgiu devido à localização da cidade entre a atual Ouro Preto - que desde o século XVIII foi a única e principal produtora e exportadora de ouro, diamantes e outros produtos de mineração - até o Rio de Janeiro - porto de exportação mais próximo da região mineradora, além de capital da colônia e posteriormente do império.

[2] Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/nivel-da-qualidade-de-vida-dos-negros-tem-uma-decada-de-atraso-em relacao-ao-dos-brancos-21308804. Acesso em 04/05/2018

Nesta posição de entreposto comercial, a região começa a ser ocupada, transformada em vila até 1850 quando foi elevada à categoria de cidade. Para desenvolvimento econômico da região, além da posição de entreposto comercial, a produção agrícola também se destacou como essencial, principalmente ligado à produção de café, que com o declínio da produção no Vale do Paraíba fluminense, esta produção se expandiu chegando até a Zona da Mata Mineira. Parte da mão de obra para a formação e o desenvolvimento de Juiz de Fora "obviamente foi escravista", como aponta Rita Félix (2006), uma das pesquisadoras sobre a história da população negra de Juiz de Fora.

Desta forma, considerando as informações apresentadas sobre o município, percebe-se a importância social de se discutir a escravidão na região e os processos pelos quais passou a população negra após o fim deste sistema. Desigualdades econômicas, sociais e étnico-raciais se fazem presente na localidade. Logo, investiga-se como estas desigualdades são tomadas enquanto tema, discutidas e refletidas por alunos e professores da rede municipal.

2. METODOLOGIA DO TRABALHO

Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se pela metodologia da entrevista semi-estruturada. Este procedimento define critérios pela qual a pesquisa deverá percorrer para poder atingir os objetivos pretendidos, porém, a trajetória de cada entrevista, com cada pessoa em sua experiência particular, será única. Foi possível entender que esta era a melhor opção para os objetivos traçados em atingir caráter mais qualitativo do que quantitativo.

Diante do contexto de pandemia, alguns recortes foram necessários para poder se desenvolver a pesquisa, considerando a biossegurança de todos os envolvidos. Optou-se por analisar, em diálogo com os professores da rede municipal de ensino de Juiz de Fora a percepção deles sobre alguns temas, como: a escravização em Juiz de Fora; a legislação educacional, incluindo as diretrizes para a educação das relações étnico-raciais; e memória e relações étnico-raciais no tempo presente.

Com os entrevistados, pretendeu-se abarcar o máximo de vivências e visões de mundo possível para imaginar como pessoas diferentes observam o mesmo tema. Dessa forma, como critério não foi definido gênero, sexualidade, idade, tempo

de serviço nem declaração étnico-racial. O único critério para participar da entrevista foi trabalhar ou ter trabalhado na Secretaria de Educação da Prefeitura de Juiz de Fora.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho analisa alguns aspectos no sentido de contextualizar e evidenciar as relações étnico-raciais ao longo do tempo e em diversos espaços. Primeiramente acreditamos que seria crucial entender o papel da cientificidade europeia e da análise das relações sociais, econômicas e raciais a fim de construir um panorama sobre o Brasil. Como bases teóricas para a realização da pesquisa, optou-se inicialmente por fazer uma imersão nas teorias do racismo científico a partir do século XIX, entendendo como esta cientificidade colaborou com a estruturação de sistemas de desigualdade étnico-raciais ao longo do tempo. Posteriormente, optou-se pelas produções de autores que analisem a escravidão em Juiz de Fora e no Brasil a partir de suas diversas bases metodológicas, outros autores que analisem as relações étnico-raciais no Brasil e por fim as teorias decoloniais e pós-coloniais. Este encontro possibilitou a observação do tema aqui debatido dentro e fora de Juiz de Fora, do Brasil e em outras partes do mundo.

> o racismo não foi apenas um resultado da falta de conhecimento, de discernimento, de solidariedade, ele não foi apenas a falta de algo, foi uma presença, uma positividade, teve um cunho científico e jurídico, informou doutrinas eruditas, enaltecidas pelo prestígio da própria ciência.” (Silveira, 2000, p. 90)

A citação acima pode ser atribuída ao professor Renato da Silveira, que em “Os selvagens e a massa: o papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental” (2000), analisa o papel do racismo científico na estruturação da hegemonia do ocidente sobre culturas, tradições e formas de vida de territórios colonizados. Este autor mapeia os principais autores da modernidade e a forma que seus pensamentos contribuíram para que a teoria racista se institucionalizasse e justificasse atitudes violentas e arbitrárias nos territórios coloniais. Com a citação acima, podemos perceber como que, ao adotarem a ideologia racista escamoteada de cientificidade, esta provocará alterações no imaginário, na educação e na formação de opiniões de sociedades. “Naquela época […] quase todos os cientistas

eram racistas convictos. […] Desempenhou um papel fundamental na reestruturação que estava tendo no lugar da Europa nas últimas décadas do século XIX" (Silveira, 2000, p. 88-89).

O papel que a Europa delegou para si, era o de subordinar e subjugar povos, costumes e tradições à sua cultura. Padronizá-las, conforme a ocidentalidade. E as discussões científicas caminharam no sentido de colaborar com esta padronização. Este “fardo” ou “missão civilizadora” se daria por meios de propagar o cristianismo, a ciência e a indústria para que o “outro” também pudesse viver sobre os moldes ocidentais. Estas teorias ajudaram a montar sociedades a partir da atuação de cientistas e intelectuais, ajudou a implantar fundamentos culturais em um momento crítico de reestruturação da sociedade. Por mais distantes e irreais que elas pareçam ser, os efeitos do racismo, não somente o científico, se expressam no nosso cotidiano.

Na sociedade brasileira em específico, é preciso analisar para além da forma como o racismo científico atingiu as elites e constituiu as teorias de eugenia no final do século XIX e início do XX, como também se faz necessário analisar o papel que as relações escravistas tiveram desde o século XVI. A escravidão foi um dos principais estruturadores das relações que foram e são construídas no Brasil.

> Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. […] Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. […] Isso graças ao colonialismo português que adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade. Um dos recursos utilizados nesse sentido foram a mentira e a dissimulação (Nascimento, 2016, p 59).

A escravidão brasileira vem sendo analisada por si só, e em conjunto com outros sistemas ocorridos na América durante o mesmo período. Robin Blackburn (2001, p. 15) aponta que cerca de 12 milhões de pessoas foram retiradas da África entre 1500 e 1870, se estendendo a diversas gerações de famílias e atingindo diversos estratos sociais no continente. Este sistema que se estruturou na América apresentou características inéditas se comparados a outros, sobretudo os da antiguidade. No Brasil, ele era destrutivo e opressor, se parecendo como uma empresa. E um dos principais pontos que o diferenciava era o fator da cor da pele, para fácil identificação dos escravizados e dos não escravizados. “Nem todo negro

era escravo, mas a maioria dos negros era, e, deste ponto de vista, todos os negros poderiam ser tratados como escravos, a menos que pudesses provar que eram livres – e mesmo assim, ainda seriam mais maltratados do que os colonos brancos" (Blackburn, 2001, p. 28).

Os autores Roquinaldo Ferreira e Tatiana Seijas apontam que muitas consequências do tráfico não são quantificáveis, sobretudo se analisarmos o apagamento das diferenças sociais e culturais nos territórios afetados pelo sistema. Muito se perdeu considerando com a hierarquização entre o "eu" e o "outro", dessa forma a importância de se criar uma memória pública da escravidão e do tráfico é essencial, considerando que por mais que o tema seja amplamente debatido, ainda existem lacunas a serem investigadas e preenchidas, sobretudo se analisarmos os resquícios que este sistema deixou para os dias atuais.

O historiador Sydney Chalhoub aponta como a escravidão era rotineira e naturalizada na sociedade. A abrangência do sistema abria brechas para a corrupção associada ao tráfico, permitindo que ela continuasse mesmo depois da lei de 1831, que foi a primeira que proibiu a prática de tráfico intercontinental de pessoas. Esta naturalização da escravidão se observa também na localidade de Juiz de Fora durante o final do século XIX. O sistema esteve presente na formação e desenvolvimento da região, contribuindo para que ela adquirisse relevância.

O povoado que deu origem à cidade de Juiz de Fora iniciou sua formação no período minerador, servindo de entreposto comercial entre a região de exportação no Rio de Janeiro e a região de produção em Ouro Preto. Logo, o Caminho Novo e o Povoado de Santo Antonio do Parahybuna estavam inseridos na comarca que apresentava alto índice de escravizados, conforme apresentam Rita Felix (2006) e Caio Batista (2015).

Para pesquisadoras como Elione Guimarães e Valéria Guimarães (2006), o sujeito escravizado era o principal responsável para o desenvolvimento das atividades agrícolas e urbanas na região. conforme as autoras, a província de Minas Gerais já apresentava um alto índice de escravizados, porém a somente a Zona da Mata mineira concentrada 26% desta população. E ainda existe a peculiaridade de que próximo do fim do sistema, a cidade de Juiz de Fora chegou a registrar cerca de 20mil pessoas em situação de escravidão em uma mesma propriedade.

Assim, é possível constatar conforme as pesquisas apresentadas que a mão de obra utilizada para a formação e o desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora se

deu por meio do trabalho escravizado. Outro autor regional que aponta a utilização de escravizados na região é Luís Eduardo Oliveira, apontando que esta foi recorrente para que a cidade se destacasse como um dos principais entrepostos comerciais do final do século XIX. O autor cita Elione Guimarães quando aponta que:

> "[…] o crescimento das lavouras cafeeiras na região da Zona da Mata mineira absorvia grande contingente de mão de obra. Não obstante, o constante comércio de escravos, os fazendeiros necessitavam alugar cativos e contratar jornaleiros para atender à demanda, principalmente nos momentos em que a cultura exigia maior número de trabalhadores" (Guimarães, 2006, 24, apud Oliveira, 2009, p. 50).

Caminhando para as conclusões das fundamentações teóricas que foram essenciais na construção do trabalho, é possível apontar sobre outras possibilidades de educação, sobretudo aquelas que fazem referência à Educação para as relações étnico-raciais. É necessário questionar o olhar colonizador que desumaniza sujeitos por meio do trabalho e por meio da cientificidade, e ainda sim se apresenta como padrão e possibilidade única de ensino a ser seguido. As teorias decoloniais e pós-coloniais questionam esta possibilidade de construção de novos olhares sobre relações sociais e sobre educação. A proposta para que os padrões epistemológicos sejam superados surgem de diversos locais da sociedade: desde os movimentos sociais até grupos religiosos.

Acreditamos ser preciso defender "outras abordagens", "outras perspectivas", "outras pedagogias" e/ou "outras bibliografias", que não considere somente um único grupo ou um único lugar de enunciação, mas sujeitos diversos com experiências diversas. Não é possível definir um padrão universal no mundo em que vivemos, e sobretudo na sociedade brasileira que foi ponto de encontro deste mundo diverso.

> Considerando que "universal" pode ser lido como uma composição do latim unius (um) e versus (alternativa de…), fica claro que o universal, como um e o mesmo, contradiz a ideia de contraste ou alternativa inerente à palavra versus. […] Uma das maneiras de resolver essa contradição é introduzir o conceito de pluriversalidade (Ramose, 2011, p. 10 *apud* Noguera, 2012, p. 64).

O filósofo Renato Noguera, defende a possibilidade de denegrir a educação a partir da ressignificação desta palavra que sempre foi utilizada de forma pejorativa e

negativa, significando o confronto a toda colonização política e epistemológica que subalterniza sujeitos e culturas “não-ocidentais”.

A pergunta “o que ensinar?” faz parte de disputas de poder. O currículo, seja ele o tradicional ou o que parte de reivindicações da sociedade, são disputas. E com isso a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana, afro-brasileira e indígena, por meio da lei 10.639/03, atualizada para 11.645/08 se insere em meio a esta disputa. As leis se mostram como reivindicações não de meras abordagens, mas que questionem poderes e formas como o ensino e a sociedade estão estruturados. Portanto, entendemos que para além de mero componente curricular, a disciplina de história tem um papel social na formação de sujeitos conscientes e atentos ao seu redor. Pensar metodologias para o ensino de História superar a mera acumulação de informações e associar-se ao movimento e cotidiano dos alunos é desafio para os professores envolvidos com este campo do conhecimento.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS

A escolha dos sujeitos que colaboraram com a pesquisa se deu com alguns critérios: não seria delimitado identidade étnico-racial, de gênero, idade ou tempo de formação. Pretendia-se abarcar o máximo de informações possível sobre diversas formas de se olhar a sociedade. Portanto, o único critério exigido foi o de ser um professor ou professora que trabalha ou trabalhou na Rede Municipal de ensino de Juiz de Fora.

Os entrevistados foram: um homem negro, uma mulher branca e uma mulher negra. Serão identificados como professor 1, professora 2 e professora 3, respectivamente. Os contatos com estes sujeitos foram feitos por e-mail, por aplicativo de mensagens instantâneas e por videochamada, considerando que a pesquisa foi desenvolvida em contexto de pandemia e distanciamento social. A entrevista tinha um roteiro pré-estabelecido que perpassava por aspectos como a identificação dos sujeitos, a formação, a relação com o tema da escravidão, a relação com as leis e currículos inclusivos com a educação para as relações étnico-raciais e por fim a correlação entre passados como temas de sala de aula e presentes como vivências no cotidiano do entrevistado e do aluno.

O professor 1 se formou na UFJF e é mestre pela mesma universidade. Se identifica como um homem negro e trabalha na rede municipal há cerca de 20 anos,

em diversas escolas da cidade. A professora 2 se identifica como mulher branca. Se graduou na UFOP, é mestre e doutora pela PUC-SP e atualmente pós-doutoranda pela UERJ. A professora 3 se identifica como uma mulher negra entre 35 e 40 anos, sendo 12 como efetiva na prefeitura. Se formou na UFJF e tem mestrado pela UFRJ. Teve contato com discussões sobre escravidão e pós-abolição durante a pós-graduação e durante sua atuação em sala de aula devido às demandas trazidas pelos alunos.

Como recorte da pesquisa, optamos por analisar o último tópico de diálogo com estes sujeitos cujo objetivo era compreender como este sujeito estabelece relação entre alunos, a escravização em Juiz de Fora como tema da aula de história e as relações sociais e raciais presentes no cotidiano de estes sujeitos envolvidos.

No diálogo, foi possível perceber como o professor e as professoras percebem questões do nosso passado influenciando o presente. Por exemplo a marginalização e exclusão do negro após a abolição da escravidão, e como esta pode ser uma hipótese para que os índices de abandono escolar seja alto entre este grupo. A professora 3 aponta a percepção dela lidando com turmas entre o 6º e o 9º ano. Esta hipótese da professora vem a se comprovar com a pesquisa PNAD que coletou dados entre 2004 e 2012:

> de acordo com dados coletados pelas PNADs (Pesquisa Nacional de Análise por domicílio) no período de 2004 a 2012, pretos e pardos apresentaram taxas de matrícula superiores às de brancos para o Ensino Fundamental. Contudo, conforme o Educacenso, levantamento baseado em dados da PNAD 2013, em relação à faixa do ensino médio, observou-se uma queda acentuada da frequência líquida na média brasileira, que esteve no patamar de 55,1% (Santos, Chirinéa, 2018, p. 951).

A professora relata que para além da percepção sobre a relação dos alunos com a educação, ainda percebe como ela, enquanto uma mulher negra analisa as violências às quais é exposta. Durante a entrevista, a professora cita episódios de violência em uma ida ao cabeleireiro com a família ou o alívio em seleção de vagas de emprego, onde por ser concurso da sem prova aula não precisou apresentar uma “boa aparência” para ser validada em sua atividade laboral.

O professor 1 apresenta suas percepções sobre o papel da escola e da UBS numa comunidade, sendo as duas instituições representantes do poder público a se instalarem e contato cotidiano com os moradores. Estas instituições, segundo o

entrevistado, tem potência de proximidade, mas por vezes se fecham em seus muros não explorando esta possibilidade. Então, o professor acredita que para se trabalhar as questões étnico-raciais, defende que a escola saia de seus muros, compreenda e se relacione com a comunidade com a qual está inserida.

A professora 2 aponta a importância que ela acredita ter na discussão do espaço urbano. Esta discussão, a educação do olhar para o cotidiano, ajuda a trazer o conteúdo histórico que está sobre os nossos olhos todos os dias. A relação que os alunos estabelecem com outros sujeitos no seu dia a dia também está presente no relato desta professora.

Ela relata a experiência de alguns alunos comentando sobre uma batida policial ao qual foram expostos. Alunos que na época tinham por volta de 10 anos. E ao relatarem e associarem à violência que sofreram com a violência colonial antigamente sofrida, eles apontavam "mas professora, os segurança e o policial é negro também!". Possivelmente interpretando que aquele que o violentava, também poderia ser uma vítima desta violência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se concentrou em colaborar com produções que vem defendendo a presença da história da população negra na construção da cidade de Juiz de Fora. Uma população que historicamente foi silenciada e explorada, e além disso ainda teve a negação da preservação de sua memória como sujeitos atuantes nos processos históricos. Diante destes apontamentos, questiona-se o papel do Ensino de História no combate às hierarquias e nas disputas de memória.

Os fundamentos teóricos colaboram com o entendimento das estruturas do sistema que chega às desigualdades cotidianas. Desde a tentativa de cientificidade e institucionalização do racismo, às armadilhas de um sistema que definia a cor como critério para entender quem era ou não sujeito passível de ser escravizado, até mesmo as lutas e reivindicações para que tais situações não se mantivessem, como a reivindicação da lei 10.639/03, assim como as Diretrizes Curriculares Para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Documentos, dados, discussões e entrevistas se encontraram para encaminhar observações sobre a realidade da cidade de Juiz de Fora nas relações étnico-raciais e no ensino da escravidão ali ocorrida. Foi percebido, segundos dados

de pesquisas que as desigualdades étnico-raciais e socioeconômicas ainda se mantêm na localidade, com o que foi apresentado com a pesquisa ONU-IDHM de 2017 e a pesquisa que apontou a presença gritante da população negra como público alvo da educação pública juizforana.

Os documentos curriculares que direcionam os caminhos para a educação nacional, abrem possibilidade para que “outras abordagens” sejam inseridas no cotidiano da sala de aula, conferindo autonomia do professor poder decidir o que e como ensinar. Ainda que a tradição seja o de informações, sobretudo as de origem europeia, existe a possibilidade de se questionar e trabalhar com outros temas no ensino de História, especialmente o da rede municipal de Juiz de Fora.

Por fim, ainda foi possível analisar como professores e alunos são atingidos por tais desigualdades em suas vivências cotidianas. Os professores têm a responsabilidade de construir com os alunos, o conhecimento, buscam materiais e promovem reflexão a fim de sensibilizar estes às questões que vivem cotidianamente.

A pesquisa atingiu seu objetivo ao perceber o impacto da Educação Para as Relações Étnico-Raciais na atuação de docentes e no aprendizado de discentes.

6. REFERÊNCIAS

BATISTA, Rita de Cássia Souza Felix. O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2006.

BATISTA, Caio da Silva. Cotidiano e escravidão urbana na Paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (MG), 1850-1888. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2015.

BLACKBURN, Robin. A construção do escravismo no Novo Mundo, 1492 – 1800 . Rio de Janeiro: Record, 2001. Introdução.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União , Brasília, 22 jun. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União ,

Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 01 jun. 2016.

CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão . Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FERREIRA, Luan Pedretti de Castro. Mas, professora, o segurança e o policial são negros também!": narrativas docentes sobre o tema da escravização no ensino de história em Juiz de Fora (MG). Dissertação de mestrado, Juiz de Fora, 2023.

FERREIRA, Roquinaldo; SEIJAS, Tatiana. O tráfico de escravos para a América Latina: um balanço historiográfico. In: Alejandro de la Fuente e George R. Andrews (orgs). Estudos afrolatinoamericanos . Uma introdução. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 47-74.

GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves. Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora . Juiz de Fora: FUNALFA, 2001

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio negro brasileiro : processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a Educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE) , [S. l.], n. 18, p. 62–73, 2012. DOI: 10.26512/resafe.v0i18.4523. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4523. Acesso em: 21 jan. 2022.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SANTOS, E. F; PINTO, E. A. T; CHIRINÉA, A. M. A lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. Educação & Realidade , Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 949-967, jul./set. 2018 http://dx.doi.org/10.1590/2175-623665332

SILVEIRA, R. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. Afro-Ásia , [S. l.] , n. 23, 2000. DOI: 10.9771/aa.v0i23.20980. Disponível em:https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20980 . Acesso em: 20/10/2021.